PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
BRASÍLIA/DF, 22 DE FEVEREIRO DE 2005

ATA DA VII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA – 22 DE FEVEREIRO DE 2005.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e dois de fevereiro do ano de dois mil e cinco, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/no, Brasília/DF, por convocação do Senhor Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a VII Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, constituído através da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Artigo 1º., parágrafo 1º., inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004. PRESENTES: - Registrou-se a presença dos membros representantes da Sociedade Civil: Alberto Ercílio Broch, Altemir Tortelli; Ana Lúcia Pereira; Ana Maria Salles Placidino; Gleyse Peiter; Azelene Inácio Kaingang; Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite; Carlos Roberto Faccina; Danilo Miranda; Delzi Maria de Araújo Castro; Dulce Terezinha Oliveira Cunha; Edmar Guariento Gadelha; Elido Bonomo; Francisco Menezes; José Ribamar Araújo e Silva; Léa Lúcia Cecílio Braga; Maria Emília Pacheco; Moises Machado; Marcos Winter; Pastor Werner Fuchs; Naidison Quintella Baptista; Matias Martinho Lenz; Regina da Silva Miranda; Renato S. Maluf; Sônia Lucia Lucena Souza de Andrade; Suely Nazaré de Oliveira Linhares; Ubiraci Dantas de Oliveira; Zilda Arns. Registrou-se as presenças dos seguintes suplentes da Sociedade Civil – Silas Vieira; Aldenora Pereira da Silva; Celina Borges; Estanislau Salles; José de Arimatéia Rodrigues; Marcelo Francini Girão Barroso; Pedro Kitoko; Pedro Simão Filho. Registrou-se a presença dos membros representantes do Governo Federal: André Spitz – Assessoria Especial do Presidente da República; Ministro Patrus Ananias, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Registrou-se a presença dos representantes dos Ministros no CONSEA: - MEC; Maria Flor de Liz, Ministério do Trabalho e Emprego; Clovis de Andrade Sardinha, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Márcia Lopes, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Arnoldo Anacleto de Campos e Herlon Almeida, Ministério do Desenvolvimento Agrário; Leinad Ayer, Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; Gilson Alceu Bittencourt, Ministério da Fazenda; Paulo Sérgio Castilho, Assessor Especial da Secretaria Geral da PR; Mário Mamede Filho, Secretaria Geral dos Direitos Humanos; Roberto Vizentin, Ministério do Meio Ambiente – MMA; Sérgio Bueno, Ministério das Cidades; Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG; Roque Graziotin e Albaneide Peixinho, Ministério da Educação – MEC. Registrou-se a presença dos membros observadores: Selvino Heck, Assessoria Especial da PR; Juan Poveda, BID; Nildes de Oliveira Andrade, CIAN; ~~Humberto Oliveira e~~ Roseli

Andrade, CONDRAF; Hildo Rocha, CNM; Ana Lúcia de Lima Starling, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; José Tubino, FAO Brasil; Flávio Luiz Schiek Valente, Relatoria do Direito Humano à Alimentação. Registrou-se a presença dos seguintes convidados e assessores: Adriana Aranha, MDS; Ana Cláudia Santos – FAO/Sesan/MDS; Antonio Claret Campos Filho, SENARC/MDS; Denise Oliveira e Silva, CONSEA; Jose Giacomo Baccarin, Secretário Nacional de SAN/MDS; Lana Magaly, MCT; M. Andréa Borges David, Talher Nacional; Maria de Fátima Carvalho, CGPAN/MS; Matilde Francelino de Sousa, MTE/PAT; Milton Rondó, MRE; Nilson Figueiredo Filho; Rômulo Paes de Sousa, SAGI/MDS; Rosane Evangelista Cunha, MDS; Cibele C. B. de Oliveira, MDS; Nathalie Beghin, IPEA; Mônica Rodrigues, SESAN/MDS; Heloisa Arns, Projeto GERAR; Teresinha G. Maglia, MJ; Aloisio Melo, CONSEA. AUSENTES: Registrou-se a ausência dos seguintes representantes da Sociedade Civil: Leia Lúcia Cecílio Braga; Luiz Marinho (Ausência Justificada); Márcio Lopes Freitas; e Silvio Caccia Bava. Registrou-se a ausência dos seguintes membros governamentais permanentes: Ministro Jacques Wagner – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social; Ministro Nilmário Miranda, Secretaria de Direitos Humanos; Ministra Matilde Ribeiro, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Ministro Tarso Genro, Ministério da Educação; Ministro Antonio Palocci, Ministério da Fazenda; Ministro Interino Nelson Machado, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministro Humberto Costa, Ministério da Saúde; Ministro Ricardo Berzoini, Ministério do Trabalho e Emprego; Ciro Gomes?. PAUTA: 1) Aprovação da Ata da V Reunião e da Pauta – 9:30h às 9:45; 2) Informes – 9:45 às 10:30h (Informes da Presidência do CONSEA; Informes do Ministro Patrus Ananias; Grupo de Trabalho sobre Controle Social do Programa Bolsa Família; Seminário Indicadores e Monitoramento em SAN); 3) Metas sociais – Encontro de Conselhos de Políticas Públicas – 10:30 às 10:50; 4) Proposta de Convênio MDS-ASA – 10:50h às 11:00; 5) Avaliação 2004 – 11h às 12:20h (Avaliação da Presidência do CONSEA - 15 min, Sistematização das avaliações encaminhadas pelos Conselheiros - 10 min, Avaliação pelos Conselheiros e debate - 45 min, Síntese das avaliações - 10 minutos); Intervalo para almoço – 12:20 – 14h; 5) Planejamento 2005 – 14h às 17:30 (Proposta de Planejamento da Presidência do CONSEA - 20 min; Apresentação do Planejamento das Câmaras Temáticas e Comissões Permanentes - 10 min cada; Discussão - 50 min; Síntese do Planejamento 2005 - 30 minutos); 6) Encerramento - 17:30. O Presidente Francisco Menezes fez a abertura da reunião desejando a todos e todas um ano positivo e proveitoso e lamentando os tristes acontecimentos ocorridos no Estado do Pará, no ultimo período, tendo vitimado inclusive a irmã Dorothy Stang, e informou que na reunião da Câmara Temática I, realizada no dia 21 de fevereiro, os participantes fizeram um minuto de silêncio, propondo que fosse feito o mesmo naquele Plenário. Após o minuto de silencio, o Presidente do CONSEA agradeceu e disse que o CONSEA possui responsabilidade no enfrentamento desses fatos, devendo se manifestar sobre o assunto durante a Plenária. O senhor Francisco Menezes apresentou justificativas quanto ao atraso na confecção das duas últimas atas do CONSEA, relativas às Plenárias de outubro e dezembro, em função do encerramento do contrato anterior sem tempo hábil para novo contrato; quanto à Ata da V Plenária, realizada em outubro, encaminhada na semana anterior e entregue nesta reunião, o

Presidente consultou sobre a existência de propostas de alteração e, diante da inexistência de propostas, solicitou aos Conselheiros que estas fossem enviadas à Secretaria do CONSEA. Em seguida, apresentou a Pauta enviada previamente, propondo a inclusão de informe pela Conselheira Azelene Kaingang, dentro do item Informes, acerca da morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso do Sul; e de duas propostas de moção, a serem apreciadas após o intervalo do almoço; a Pauta, incluídas estas propostas, foi aprovada pelos Conselheiros. Em seguida o Presidente iniciou a apresentações sobre os Informes da Presidência, inciando com as Exposições de Motivos – EM enviadas à Presidência da República: a EM 026, datada de 30 de novembro de 2004, cujo teor trata das Negociações Internacionais, foi respondida pelo Assessor Especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia, que informou que a área do Itamaraty responsável pelas Negociações Internacionais estava interada das preocupações apresentadas e comentou considerar legítimos aspectos como a preservação da agrobiodiversidade e proteção de políticas sociais e ambientais, ressalvando que esses temas exigem cautela dos negociadores brasileiros, no sentido de não reforçarem argumentos protecionistas do lado europeu, com medidas que possam distorcer o comércio; a EM que solicitou a viabilização de recursos para a realização do Censo Agropecuário, foi encaminhada ao Ministério do Planejamento, não havendo resposta até aquele momento. Continuando os Informes da Presidência do CONSEA, o Presidente Francisco Menezes relatou que, quanto ao Orçamento Geral da União, foi aprovada a emenda de aporte adicional de R$ 230 milhões para a alimentação escolar, garantindo a alteração do repasse *per capita* para R$ 0,18 (dezoito centavos) por aluno por dia, conforme o Senhor Presidente da República havia se comprometido; quanto às emendas de apoio à pesquisa e desenvolvimento de segurança alimentar e nutricional por via do Ministério de Ciência e Tecnologia e de avaliação dos impactos da merenda escolar, o CONSEA continuava buscando identificar se logrou a inclusão, informação que será repassada aos demais Conselheiros assim que obtida. Continuando, o Presidente do CONSEA fez referência à solicitação ao IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que realizasse avaliações do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, informando que a pesquisa estava pronta e brevemente o seu resultado será de conhecimento de todos. Ainda quanto ao PAA, o senhor Francisco Menezes relatou o andamento da proposta entregue pelo CONSEA ao Presidente Lula visando garantir recursos adicionais por meio da integração desse Programa à Política de Garantia de Preços Mínimos, informando que, após vários meses em análise, na véspera desta Plenária foi entregue parecer da Casa Civil contrário à viabilidade da proposta; considerando que persistem os motivos que originaram a proposta, o CONSEA aguardará que uma proposta alternativa seja apresentada, estando prevista uma reunião convocada pela Casa Civil com diversos Ministérios, com essa finalidade, para o dia seguinte. O Presidente do CONSEA informou ainda a realização de reunião com o Ministro Miguel Rossetto, abordando a questão do PAA e ações voltadas à reforma agrária e à agricultura familiar no âmbito do Projeto de Integração de Bacias, entre outros temas. Prosseguindo nos Informes da Presidência, o senhor Francisco Menezes informou que, a partir de solicitação feita pelo Conselheiro Malaquias Batista, foram realizadas duas reuniões, uma sobre o início da estiagem na região semi-árida, com indícios de que os problemas poderão ser mais graves

neste ano, tendo havido a participação de diversos Ministérios e estando prevista nova reunião no início de março, com o objetivo de identificar como o Governo está se preparando para enfrentar a situação; e outra reunião, relativa à polêmica e à falsa polarização entre fome e obesidade no Brasil criadas com a divulgação da POF – Pesquisa do Orçamento Familiar, tendo como objetivo trazer para o CONSEA uma proposta, em elaboração pelo Conselheiro Malaquias, no sentido de que o CONSEA se expresse publicamente e que todos os Conselheiros possuam melhor condições de manifestarem suas posições. Em seguida, o Presidente Francisco Menezes informou sobre a 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas, a ser realizada no período de 14 a 18 de março, em Brasília, tendo ocorrido a participação do CONSEA em todo o processo de preparação do Brasil, abrindo-se para o conjunto dos Conselheiros a possibilidade de participação na programação internacional, sendo que apenas 10 das 25 vagas foram preenchidas e que, caso sobrem vagas, estas serão repassadas para conselheiros dos conselhos estaduais. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra ao Ministro Patrus Ananias, Secretário do Conselho, que iniciou seu pronunciamento apresentando publicação do Ministério sobre os programas sociais, informando que a mesma encontrava-se à disposição dos presentes. O Ministro fez considerações sobre os problemas ocorridos no Estado do Pará, sugerindo que, para verificar as medidas e providências que foram e estão sendo tomadas, sejam ouvidos os representantes do Governo que atuam diretamente nessa área, entre os quais os Ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; o Ministro da Defesa, José de Alencar; a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Desta forma, o Ministro Patrus Ananias ressaltou a importância de conhecer todas as providências que foram tomadas no âmbito de Governo, para que a posição do CONSEA seja independente, mas tendo por base as informações precisas sobre essas providências. O Ministro do Desenvolvimento Social abordou a questão das mortes de crianças indígenas por desnutrição na região de Dourados – MS, informando que o Governo Federal já tomou providências, entre as quais um convênio do MDS com o Governo daquele Estado, tendo sido repassandos regularmente os recursos; o Bolsa Família está sendo levado às comunidades, mediante a incorporação dos beneficiários do Bolsa Família; foi ampliado o número de cestas básicas e foi feita a doação de um veiculo. Ainda sobre essa questão, o Ministro afirmou tratar-se de uma questão que extrapola o espaço do MDS, tendo em vista as determinantes históricas, culturais, fundiárias, entre outras, envolvidas nessa questão, além da chegada de outros povos indígenas àquela comunidade, inclusive do Paraguai, para fazerem uso do atendimento médico e outros benefícios. Em seguida, o Ministro Patrus Ananias anunciou a presença da Secretária de Renda de Cidadania do MDS, senhora Rosane Cunha, que deverá pronunciar-se no informe sobre controle social do Bolsa Família; e do Secretário de Avaliação e Gestão da Informação, Rômulo Paes. O Ministro informou em seguida sobre sua viagem ao Egito, atendendo a convite feito pelo Banco Mundial, que indicou o Bolsa Família como exemplo de programa social e política de transferência de renda, demonstrando assim a importância e o reconhecimento desse Programa em âmbito internacional. O ministro reconhece que o programa tem evoluído bastante, avançando com o auxilio efetivo e afetivo do CONSEA. Em seguida, o Ministro Patrus Ananias

prestou homenagem à Conselheira Maria Regina Nabuco, falecida no mês de dezembro, vítima de leucemia. O Presidente Francisco Menezes reiterou as homenagens à Conselheira Regina Nabuco e iniciou o informe sobre o resultado do Grupo de Trabalho sobre Controle Social do Bolsa Família, doqual o CONSEA participou representado pelo Conselheiro Carlos Eduardo Leite e pelo Observador Selvino Heck, contando ainda com a colaboração de Adriano Martins, suplente do Conselheiro Carlos Eduardo. A Secretária de Renda de Cidadania do MDS, senhora Rosane Cunha, iniciou o informe considerando que, devido ao pouco tempo, não apresentaria todo o Relatório, que se encontrava disponível nas pastas dos Conselheiros, mas colocava-se à disposição para fazer uma apresentação da situação atual do programa Bolsa Família para o CONSEA. A senhora Rosane Cunha prosseguiu comentando que a questão do controle social articulava-se ao processo de aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família, o qual, pela complexidade e magnitude do Programa deverá ser um processo permanente. Apresentou em seguida os quatro eixos em torno dos quais se estruturou a atuação da Secretaria: 1. maior clareza de papéis dos entes governamentais em relação ao Programa, visando normatizar e tornar operacional e compreensível a atuação de cada esfera de governo dentro deste, condição para um controle social mais efetivo; 2. papéis, competências, fluxos e responsabilidades da rede publica de fiscalização, definições que encontram-se em curso conforme divulgado pela imprensa; 3. aperfeiçoamento dos processos internos de gestão do programa, incluindo mecanismos de controle e depuração de base cadastral e sistema de crítica para identificação de duplicidade; e 4. controle social. Sobre o Relatório do GT, a Secretária Rosane Cunha informou que o mesmo contemplou três conteúdos, tendo como referências a Lei que criou o Bolsa Família e do decreto que a regulamentou, considerando-se também que novos desenhos poderão vir a ser discutidos, porém demandando modificação da legislação. Os três conteúdos, foram os seguintes: 1. o que é o Programa Bolsa Família, incluindo informações sobre o cadastro, o benefício, condicionalidades etc; 2. plano de trabalho para fortalecer o controle social sobre o Bolsa Família; e 3. o processo de implementação do controle social. A Secretária Rosane Cunha considerou que o Relatório buscou basicamente responder as questões encaminhadas pelo CONSEA, a partir de um debate bastante rico, polêmico, mas isento de ingenuidade e sem escamotear divergências; e registrou a avaliação final de que aquele foi o formato possível naquele momento, o que não significaria interromper o processo de interlocução, esperando, ao contrário, que essa interlocução fosse mantida na implementação das propostas. A Secretária apresentou a seguir o plano de trabalho para fortalecer o controle social, composto pelos seguintes itens: 1. estratégia de informação, comunicação e capacitação de conselheiros, uma vez que, por melhor que seja o desenho do controle social, o acesso a informação é condição para que este se efetive; 2. normatização do processo de controle social, considerando o formato, a composição e as competências; 3. mecanismos de estímulo, indução e cobrança junto aos gestores municipais para que efetivem os processos de controle social; e 4. o controle social e a rede pública de fiscalização. A senhora Rosane Cunha ressaltou ser a normatização do controle social o ponto principal do debate, tendo o Grupo considerado o que está colocado na Lei e no Decreto, ou seja, que o Bolsa Família precisa ter controle social, o qual poderá ser exercido por um conselho ou comitê paritário entre o governo e a

sociedade e, ainda, intersetorial; que a formalização dessa instância se dará por ato do poder executivo local, o qual poderá tanto constituir uma instância própria como delegar a outra previamente existente, desde que paritária e intersetorial. A partir dessas definições, seria necessário publicar uma instrução normativa tornando o processo mais claro para os governantes e para as instâncias de controle social, contemplando todos os procedimentos, inclusive dando exemplos, e abrangendo também as competências dos conselheiros, quais sejam: o acompanhamento do processo de cadastramento; a fiscalização, indicando ao gestor municipal famílias que cumpram os critérios do Programa e que não foram cadastradas, bem como indicando eventuais casos de famílias que não atendam os critérios do programa e do cadastro e que tenham sido cadastradas. Para o desempenho dessas competências, informou a Secretária Rosane Cunha, será publicado o Manual do Conselheiro e será também disponibilizada uma área para os gestores no *site*, com informações sobre cadastros e benefícios e com instrumentos específicos para o controle social. A Secretária esclareceu ainda que deverá constar da instrução normativa que não será caberá ao conselho a aprovação dos beneficiários, pois isso é feito pelo próprio governo federal e não localmente; dessa forma, deverá constar da instrução normativa que o governo federal escolherá os beneficiários de menor renda a partir do cadastro no sistema e encaminhará para todos os conselhos e comitês de controle social do Bolsa Família a relação de beneficiários, podendo essas instâncias validar os beneficiários num processo posterior à seleção. A Secretária Rosane Cunha destacou como aspecto importante a ser analisado pelos conselheiros do CONSEA a questão das condicionalidades, com atenção especial para o caso de famílias que eventualmente não as cumpram por uma situação de maior fragilidade ou por não terem tido acesso aos serviços em função de situações de violência doméstica ou trabalho infantil, e que, portanto, necessitarão de acompanhamento familiar. A Secretária ressaltou ainda a importância do controle social para que sejam construídos programas complementares que forneçam incentivos e desenvolvimento de capital social para que as famílias atendidas deixem de receber os benefícios. Finalmente, a senhora Rosane Cunha informou que o Relatório abordou ainda a relação com o beneficiário, devendo ser publicada em breve portaria que definirá quanto tempo o beneficiário ficará no programa, tendo por base a revisão do Bolsa Escola e do Auxílio Gás, definição essa importante para uma relação de maior transparência e uma agenda de compromissos clara para com esses beneficiários. O Presidente do CONSEA questionou a Secretária Rosane sobre a data prevista para a implementação dessas medidas e a situação do processo naquele momento, ao que a Secretária respondeu que, em recente despacho, foram acertadas todas as estratégias do Bolsa Família para 2005: no mês de março, será finalizada a matriz de responsabilidade com os municípios, a normatização da relação com o beneficiário e a agenda de compromissos com este, devendo ainda ser encaminhada às prefeituras a base de cadastro com o teste de consistência; ou seja, ainda em março será implementado todo o processo, com especial destaque para a questão do controle social, solicitando-se, inclusive, que as prefeituras informem quem é o gestor local do Bolsa Família, para que se crie uma relação mais clara das instâncias de controle social com esse gestor e para que seja revisada a formalização da relação do Governo Federal com Estados e Municípios.

Portanto, sintetizou a Secretária, o mês de março é referência para finalização de diferentes processos em curso. O Presidente agradeceu à Secretária pela presença e solicitou brevidade nas inscrições solicitadas pelo Plenário, para garantir o tempo necessário para a discussão do Planejamento 2005. Em seguida, o Presidente Francisco Menezes passou a palavra ao Conselheiro Carlos Eduardo Leite, que inicialmente manifestou o objetivo de socializar com o plenário do CONSEA, por meio desse informe, o momento pelo qual o Grupo de Trabalho estava passando, tendo em vista a falta de tempo hábil para uma concertação prévia entre os representantes do CONSEA no GT (Selvino, Carlos Eduardo e Adriano) quanto ao produto final deste. O Conselheiro Carlos Alberto considerou que esses representantes não participaram integralmente dos trabalhos, sendo importante resguardar a necessidade de que o CONSEA fizesse uma leitura crítica do processo, por meio de uma revisão final do Relatório pelas Comissões Permanentes 3 – Articulação com CONSEAs Estaduais e 4 – Mobilização Social, que atuaram conjuntamente no aprofundamento e reflexão dessas questões. O Conselheiro Carlos Alberto relatou que os representantes do CONSEA no GT tiveram dúvidas quanto à divulgação dos relatórios preliminares do Grupo, sendo necessário, naquele momento, que essas instâncias se reunissem para entenderem melhor o "formato possível" alcançado, conforme a fala da Secretária de Renda e Cidadania do MDS. O Conselheiro apresentou a avaliação de que persistiram ainda algumas lacunas na proposta do GT, como, por exemplo, quanto ao processo de indicação dos representantes da sociedade civil que participarão da instância de controle do Bolsa Família. O senhor Carlos Alberto relembrou ainda que, nas discussões realizadas nessas Comissões, enfatizou-se a necessidade de que o CONSEA participe não apenas no sentido de corrigir normas, mas nas definições estratégicas quanto ao futuro do Programa, que não deve se limitar à transferência de renda, mas incorporar medidas estruturantes; no entanto, persistiram as indefinições quanto às portas de saída, uma vez que o trabalho sério desenvolvido pelo GT deu-se dentro das limitações do escopo daquele Programa. Finalmente, o Conselheiro Carlos Alberto considerou que o GT avançou tanto quanto possível e que o trabalho dos representantes do CONSEA terminará quando for internalizado um entendimento coletivo do Conselho, uma vez que estes não seriam capazes de expressar a posição de um Conselho tão amplo e diverso como CONSEA; sugeriu, ao fim, que fosse agendada a reunião para consolidar esse processo. O Presidente do CONSEA consultou os conselheiros inscritos para falar sobre o tema sobre a possibilidade de abrirem mão das inscrições, de forma a garantir prioridade para a discussão do Planejamento. A Conselheira Zilda Arns solicitou a manutenção de sua fala, no que foi atendida pelo Presidente Francisco Menezes. A Conselheira Zilda Arns fez uso da palavra, considerando ser o Bolsa Família um excelente programa, caso alcance seus objetivos, e apresentou as seguintes questões: sendo a seleção é feita pelo Governo Federal e as inscrições pelas Prefeituras, como seria feito o controle social sobre os beneficiários e garantidas as inscrições dos mais pobres, sendo que muitas vezes as vagas são preenchidas antes que estes possam se inscrever; e como fazer o controle das contrapartidas e depois o desligamento dos beneficiários, considerando a freqüência à escola, o pré-natal, o aleitamento materno etc; e sobre a viabilidade da proposta, já discutida com a equipe do Ministério, de que todos os comprovadamente pobres de uma determinada

faixa etária ou nível sejam beneficiados pelo Bolsa Família, o que evitaria situações de injustiça reforçadas pela dificuldade de acesso à informação pelos mais pobres. Em resposta à Conselheira Zilda Arns, o Ministro Patrus Ananias esclareceu que, com relação ao controle das condicionalidades, está sendo montada uma rede, tendo sido estabelecidas responsabilidades especificas dos Ministérios da Educação e da Saúde, conforme o Decreto que regulamentou a Lei do Bolsa Família, envolvendo as Prefeituras e buscando a ação dos comitês ou conselhos no acompanhamento; e acrescentou que esperava que as organizações governamentais e não governamentais que estavam estabelecendo parcerias com o MDS também ajudassem na fiscalização e no acompanhamento das famílias, atuando de forma pedagógica, educativa, ajudando a recuperar a auto-estima das pessoas e mostrando a importância das condicionalidades. O Ministro Patrus Ananias acrescentou ser a universalização o objetivo do Governo, tendo o próprio Presidente da República estabelecido a meta de que, até o final de 2006, estejam atendidas todas as famílias que vivam na linha de pobreza ou abaixo dela, segundo os critérios do Programa, ou seja, atendendo 100%d as famílias mais pobres, em situação de altíssima vulnerabilidade social, nas quais a renda *per capita* seja de até 50,00 (cinqüenta reais). O Presidente do CONSEA passou em seguida a palavra ao Observador Flávio Valente, que pediu desculpas aos presentes pela ausência do Conselheiros Sílvio Bava, coordenador do Grupo de Trabalho de Indicadores e Monitoramento, e apresentou informe sobre o Seminário de Indicadores e Monitoramento de Segurança Alimentar e Nutricional, em dezembro de 2004, com a participação de convidados internacionais e nacionais, inclusive membros do CONSEA, estando disponível um relatório preliminar compilando todas as fitas gravadas e um outro preliminar de 35 páginas, ainda não revisado, mas onde se captou as principais recomendações do Seminário. O senhor Flávio Valente informou que a proposta do Grupo de Trabalho era de fechar o relatório, apreciá-lo na sua próxima reunião, em seguida, na próxima Plenária do CONSEA. Continuando, apresentou as linhas gerais do documento de referência do Seminário, que começou com a necessidade da pactuação técnica e política de conceitos como: Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação; soberania alimentar; insegurança alimentar e nutricional; má nutrição, incluindo a desnutrição por micronutrientes e suas relações com a obesidade e doenças crônicas; a questão dos micronutrientes como uma fome oculta, um dos principais problemas de insegurança alimentar na sociedade brasileira; as práticas alimentares saudáveis; e a fome, entendida não apenas do ponto de vista biológico, mas também da dignidade humana e qualidade de vida e consolidando o entendimento desta como uma questão qualitativa e não meramente quantitativa. O senhor Flávio Valente informou que o documento abordou o sistema de monitoramento, que deverá ser intersetorial, abranger os três níveis de governo, ter ampla participação da sociedade civil e abranger as seguintes áreas ou dimensões de monitoramento: 1. produção de alimentos; 2. disponibilidade de alimentos; 3. acesso à alimentação; 4. fome sentida; 5. grupos populacionais específicos e populações que vivem em ambientes subnormais, segmentos para como os quais o Brasil possui a maior divida social e carência de dados; 6. avaliação nutricional, que não se confunde com avaliação de fome; 7. situação social; 8. acompanhamento de programas na área de SAN do PPA quanto ao orçamento e à execução; 9. a redução das

desigualdades, que é um dos componentes fundamentais do Direito Humano à Alimentação Adequada; e 10. participação da população no monitoramento e na elaboração das políticas. Finalmente, o observador Flávio Valente relatou o entendimento, obtido no Seminário, de três grandes dimensões de monitoramento: 1. as condições de vida, ou seja, das condições de Segurança Alimentar e Nutricional da população, o que deve ser feito a partir de indicadores muito claros, com análise em espaço independente, tendo sido proposto, para isso, a instituição de uma Câmara Técnica ou Secretaria Executiva Técnica do CONSEA, com a participação de vários ministérios da sociedade civil, bem como a inclusão de dois a quatro indicadores dentro do Radar Social do IPEA; 2. .as políticas públicas, propondo-se que o governo faça relatórios semestrais a serem analisados pelo CONSEA visando avaliar o cumprimento das metas sociais; e 3. as denúncias de violação do direito humano à alimentação, propondo-se que a Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH faça um relatório especifico, também submetido à análise pelo CONSEA. Finalmente, sobre este último ponto, o Observador Flávio Valente acrescentou que, em reunião realizada na véspera, discutiu-se a criação de uma instância especifica que trabalharia em parceria com o CONSEA, mas localizada na SEDH, dentro do Conselho de Direitos da Pessoa Humana e, no futuro, dentro do Conselho Nacional de Direitos Humanos. O Presidente do CONSEA questionou sobre a finalização dos trabalhos do GT, depois da realização do Seminário, ao que foi informado que haverá uma última reunião para a avaliação e consolidação do relatório final do evento e que, após a entrega do relatório ao CONSEA, o GT será integrado ao Grupo de Trabalho de Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que parte do trabalho será incorporar as deliberações à proposta da Lei orgânica. O Presidente Francisco Menezes anunciou a presença da Senhora Márcia Lopes, Secretária Executiva do MDS. Dando seguimento à pauta, a Conselheira Gleyse Peiter deu informe sobre a elaboração da proposta de Metas Sociais do CONSEA, que será também item de pauta do próximo Encontro dos Conselhos de Políticas Públicas, inicialmente agendado para o mês de março e transferido para abril. A Conselheira Gleyse fez breve histórico sobre o inicio do movimento, conforme registrado em ata da VI Reunião Plenária do CONSEA, de 14 de dezembro 2004, registrando a proposta do II Encontro de Conselhos, realizado em novembro, de que os Conselhos definissem suas propostas para as Metas Sociais Brasileiras; o III Encontro, em abril, terá a seguinte pauta: 1. a discussão das Metas Sociais Brasileiras; 2. proposta de Seminário sobre Controle Social, a qual será apresentada ao plenário do CONSEA, tendo sido pensado o Seminário a partir da constatação de ser esse tema uma prioridade, conforme consta do resultado das conferências dos demais conselhos. A Conselheira Gleyse acrescentou que propôs um seminário internacional para obter informações e trocar experiências em outros países, cabendo à Comissão Permanente de Mobilização Social a elaboração da proposta, a ser detalhada no planejamento do CONSEA. Quanto às Metas Sociais, a Conselheira Gleyse colocou a necessidade de que o CONSEA também as discuta visando escolher um tema e os indicadores. O Presidente Francisco Menezes complementou, esclarecendo que não existe um Conselho dos Conselhos e sim, uma reunião deles; e informando que o CONSEA criará um novo Grupo de Trabalho, compostos por dois nomes indicados por cada Câmara Temática, que deverá elaborar a proposta das Metas Sociais e

submetê-la ao CONSEA. O Presidente do CONSEA passou a palavra ao Observador Flávio Valente, que reafirmou a importância da participação desse GT na 32ª. Sessão Anual da SCN, uma vez que, serão discutidas todas as questões referentes às Metas do Milênio e o que está sendo feito no Brasil. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou para o próximo ponto de pauta, referente à manifestação do Conselho sobre convênios a serem firmados pelo MDS, um deles com a Articulação do Semi-Árido - ASA e o outro com a OSCIP GERAR. O Presidente Francisco Menezes convidou o Conselheiro Naidison Quintella para apresentar as informações acerca da proposta de convênio com a ASA, tendo este informado que já foram construídas 70.894 cisternas e estavam em construção outras 576, com 866 municípios contemplados e 352 multiplicadores habilitados a ministrar os cursos de gerenciamento de recursos hídricos, abordando questões de convivência com o semi-árido, tratamento da água, doenças transmissíveis pela água e outros; 69.419 famílias já participaram dos cursos, atingindo um total de 362.412 pessoas, das quais 157.280 crianças e 184.625 adultos, identificando-se ainda 20.302 idosos e deficientes nesse universo. A proposta negociada e pré-aprovada pelo MDS, a aguardando a aprovação do CONSEA, é de 36.000 (trinta e seis mil) cisternas a mais em 2005, no valor aproximado de 55,7 milhões de reais, mediante um termo de parceria com vigência até 28 de fevereiro de 2006. O Conselheiro Naidison informou que a ASA possui atualmente uma capacidade operacional para implementar entre 60 e 70 mil cisternas até o final de 2005, sendo que, além das 36.000 cisternas a serem apoiadas pelo MDS, deverão ser feitas outras 10.000 com apoio da FEBRABAN; dessa forma, a expectativa era de uma possibilidade maior de trabalho, o que foi frustrado pelo envio de uma proposta orçamentária de 77,433 milhões de reais, portanto inferior aos 90 milhões de reais sugeridos pelo CONSEA, o que foi agravado pelo corte na Câmara Federal, tendo sido aprovados 68,622 milhões de reais. Diante do exposto, o Conselheiro Naidison propôs a aprovação pelo CONSEA do novo termo de parceria, com o valor e meta apresentados, propondo ainda que sejam feitas gestões no sentido de uma suplementação orçamentária para o MDS, visando atingir o valor proposto pelo CONSEA em dezembro de 2004. O Presidente Francisco Menezes consultou os conselheiros quanto às propostas, que foram aprovadas por unimidade. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra ao Ministro Patrus Ananias, para que este apresentasse as informações acerca do Projeto GERAR. O Ministro informou que o Bolsa Família está presente em 5.531 Municípios, faltando apenas 31 Municípios para se atingir o país inteiro, ao passo que o MDS possui apenas 800 funcionários, muito aquém da sua necessidade; daí a necessidade de trabalhar em rede estabelecer parcerias com órgãos governamentais federais, estaduais, prefeituras e também com a sociedade e com organizações não governamentais. O Bolsa Família, acrescentou o Ministro, possui entre os seus objetivos a criação de “portas de saída”, por meio de ações complementares, geração de trabalho e renda, microcrédito etc, o que requer um trabalho pedagógico com os beneficiários, de forma a recuperar a auto-estima e superar certos bloqueios provocados pela própria miséria e exclusão social. O Ministro informou ainda que, nessa linha, foram feitas parcerias, por exemplo, com a Pastoral da Criança e o Talher, e propôs-se fazê-lo também com o Projeto GERAR, organização não governamental do Estado do Paraná que chegou ao MDS com o aval da Dra. Zilda Arns, atuando na qualificação profissional para

integração das famílias nos processos produtivos locais e regionais. O Ministro informou que participou de algumas reuniões com a equipe do GERAR e constatou tratar-se de pessoas altamente qualificadas, sérias e competentes; dessa forma, acordou-se proposta de convênio com objetivos e metas bem estabelecidos, com montante previsto de 8 milhões de reais, a serem liberados à medida em que as etapas forem sendo cumpridas. Em complementação, a senhora Heloísa Arns, coordenadora do projeto, informou que inicialmente o previu-se atividades em cinco estados (AC, CE, PE, BA e algumas cidades satélites do DF) e 60 municípios, tratando-se de um projeto de geração de renda baseado nas micro e pequenas empresas, em parcerias com governos estaduais e municipais e outras instituições. A Conselheira Zilda Arns acrescentou que o Projeto foi premiado na Região Sul pela metodologia de trabalho para geração de emprego e renda, marcada pela integração com universidades e outros parceiros. O Ministro Patrus Ananias propôs, ao fim, a aprovação do CONSEA para a assinatura do convênio. O Presidente Francisco Menezes informou que outros detalhes sobre os projetos encontravam-se nas pastas dos conselheiros e consultou os conselheiros quanto à aprovação do projeto; não houve manifestações contrárias. O Presidente do CONSEA avisou do atraso de 40 minutos em relação à programação prevista e passou a palavra à Conselheira Azelene Kaingang para o informe sobre as mortes de crianças indígenas no Mato Grosso do Sul. A Conselheira iniciou expressando o descontentamento quanto aos fatos recentes e questionando se essas mortes não deveriam gerar mobilização tão grande quanto aquela provocada pelo assassinato da Irmã Dorothy Stang, pois corria-se o risco de que as pessoas não mais se sensibilizassem com essa tragédia. A Conselheira Azelene informou que somente este ano morreram três crianças indígenas de fome no Estado do Mato Grosso do Sul, onde a mortalidade infantil entre os indígenas chega à média de 60 crianças por 1.000 nascidas vivas, o triplo da média nacional, o que se refletia também em outros aspectos da vida das comunidades, como o suicídio de 234 indígenas nos últimos cinco anos, o que significa uma média de 46 por ano ou 3 suicídios por mês; uma questão muito mais grave e séria é a fundiária, pois não se efetivou o direito desse povo ao seu território tradicional, conforme previsto no Artigo 231 da Constituição Federal. Dessa forma, a conselheira Azelene solicitou ao pleno do CONSEA que se manifestasse e solicitasse providências, na forma de uma moção ao Senhor Presidente da República, por parte de todo o Estado Brasileiro, e não só do Poder Executivo, pois os processos de reconhecimento das terras indígenas têm parado no Superior Tribunal de Justiça; e propondo ainda a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar as políticas e apresentar, num prazo de 60 dias, proposta de criação de um sistema de Segurança Alimentar e Nutricional para os povos indígenas. A Conselheira registrou ainda que, apesar de iniciativas de alguns Ministérios, como o MMA por meio da Carteira Indígena, seria ainda necessário ampliar e efetivar ações de Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas, sendo ainda superar o imobilismo do Governo Federal com a retomada do diagnóstico feito por Grupo de Trabalho em 2004 pela Presidência da República, porém não disponibilizado; e a continuidade da tramitação da proposta de termo de cooperação envolvendo sete Ministérios, que se encontrava parada em um Ministério há um ano e meio; diante disso, o Grupo de Trabalho do CONSEA será uma forma de garantir o andamento

desses processos. Finalmente, a Conselheira Azelene informou que será realizado, em maio de 2005, em Nova York, o Fórum Permanente da ONU sobre as questões indígenas, que funciona no Conselho Econômico e Social da ONU e que discutirá as Metas do Milênio da ONU sob o olhar dos povos indígenas de todo o mundo; e propôs que o CONSEA acompanhe o evento, porque serão discutidas a pobreza e a fome entre os povos indígenas do mundo. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra ao Ministro Patrus Ananias, que disse entender o sentimento de indignação da Conselheira e destacou a existência de causas estruturais - históricas, culturais, fundiárias etc; externou a visão do Direito Humano à Alimentação Adequada como uma questão transversal, dependente de condições de vida adequadas; e informou as ações do Governo voltadas à questão, como a Carteira Indígena operada pelo MMA e MDS, com recursos deste de 7 milhões de reais e apoio a 36 projetos nos estados de SC, RS, PR, SP, AL, PB, BA, MT, AC, AM e RR. Especificamente sobre a situação dramática em Dourados, o Ministro informou as seguintes providências: 1. convênio do MDS com o Governo do Mato Grosso do Sul, no valor de 5 milhões de reais, dos quais 3,8 milhões já executados e outros 1,2 milhões a serem repassados, atendendo 11 mil famílias em 70 aldeias e em 28 municípios; 2. atendimento especial no Centro de Recuperação dos Desnutridos em Dourados; 3. implementação do Bolsa Família mediante a migração de 500 famílias beneficiárias do Bolsa Escola; 4. liberação em caráter de urgência de mais 1.200 cestas básicas; 5. liberação de mais 4 milhões de reais para projeto de agricultura alternativa. O Presidente Francisco Menezes solicitou que a Conselheira Azelene apresentasse a proposta da moção após o intervalo para o almoço. Em seguida, o Presidente do CONSEA deu início ao item relativo à Avaliação de 2004, porém, considerando o adiantado da hora, informou que abriria mão de sua fala acerca da avaliação do CONSEA em 2004, pois suas idéias sobre o assunto constavam de documento entregue aos Conselheiros, destacando apenas a preocupação quanto à abertura de inúmeras frentes de trabalho pelo CONSEA em 2004, o que foi positivo, mas requeria reflexão sobre a estratégia a adotar em 2005. Foram abertas as inscrições, sendo a primeira manifestação a da Conselheira Zilda Arns, que elogiou o Relatório de Avaliação do Presidente do Conselho e considerou que este falava em demasia durante as Plenárias, quando deveria deixar maior espaço para a participação dos conselheiros; diante disso, sugeriu que o Presidente enviasse previamente relatórios sobre as atividades realizadas, abrindo-se apenas para questionamentos conselheiros, quando necessário. Em seguida, o Conselheiro Renato Maluf reformou a avaliação da Presidência do Conselho, ressalvando que este tem sido muito reativo e deveria ter uma agenda mais autônoma e propositiva; destacou como principais desafios: 1. o dilema de se optar entre a abertura de novas frentes ou a concentração em algumas questões a serem acompanhadas mais profundamente, ou ainda buscar uma combinação entre as duas coisas, o que considerou ser mais razoável; 2. como reunir essas questões na política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que estava sendo construída, tendo-se obtido algumas conquistas e também algumas decepções, sendo muito importante a existência de metas claras que d~eem sentido ao trabalho dos conselheiros; 3. a atuação e o papel da Secretaria Executiva do CONSEA, questão sobre a qual há pouca clareza, sendo necessário avançar nas discussões e na definição da instância com a qual o

Conselho deve dialogar, dado o seu caráter interministerial; 4. a dinâmica do CONSEA, sendo o maior problema não o excesso de falas do seu Presidente, mas o próprio tamanho do Conselho, o que requer disciplina dos conselheiros para que falem pouco ou alternativas como a maior utilização das instâncias, ficando a plenária como uma instância para decisões; e 5. fragilidade da estrutura da Presidência do CONSEA, faltando pessoas qualificadas diante das demandas colocadas. Em seguida, a Conselheira Elza Braga considerou muito importante a relação entre a sociedade civil e o governo, acreditando que houve um avanço significativo, sendo necessário, no entanto, imprimir uma nova realidade em 2005; houve resultados positivos em políticas públicas importantes, como a Alimentação Escolar e o Plano Safra, porém os Ministérios não aproveitaram a potencialidade do CONSEA, pois muitas das questões discutidas não foram absorvidas pelo Governo com a ênfase desejada. Sobre a questão da intersetorialidade, a Conselheira Elza Braga ressaltou várias ações de Ministérios não se articulam no nível de Estados e Municípios, sendo que o CONSEA pode contribuir para consolidar a relação entre sociedade civil e Governo, a qual pode construir um novo paradigma para essas políticas públicas, contribuído para reduzir o desperdício das recursos públicos mediante a integração destas. A Conselheira Elza considerou que houve avanços também na questão das condicionalidades do Bolsa Família, conforme apresentado pela Secretária de Ação e Cidadania do MDS, pois se definiu responsabilidade dos entes federados, que até então têm contribuído muito pouco para a maior efetividade das políticas de transferência de renda. , O Conselheiro Ubiraci Dantas avaliou que o CONSEA ficou bastante fortalecido na nova gestão, com uma participação maior do Governo, sendo extremamente importante para isso o papel do Presidente do Conselho, a quem cabe encaminhar as decisões políticas e dirimir as divergências; ressaltou a existência de uma série de dificuldades objetivas para que as diversas propostas sejam implementadas, como a desconsideração pelos Ministérios sobre as propostas do CONSEA ou a morosidade para a implementação. O Conselheiro Ubiraci destacou ainda que a eficácia política do CONSEA fica prejudicada pela política econômica e financeira do Governo e sugeriu que sejam mobilizadas as entidades das quais fazem parte os conselheiros visando implementar as propostas do Conselho. A Conselheira Gleyse Peiter inicialmente reafirmou a proposta de intensificar o trabalho do CONSEA nas instâncias, conforme expresso pelo Conselheiro Renato, pois nestas as discussões podiam ser melhor aprofundadas, devendo ser viabilizadas reuniões em outros períodos, além da véspera das Plenárias. A Conselheira Gleyse considerou também que as instâncias deveriam atuar em conjunto sempre que houverem agendas a serem partilhadas, como fizeram as Comissões Permanentes 3 e 4, sendo necessário, no entanto, o fortalecimento de cada uma delas visando fazer avançar suas agendas específicas. O Conselheiro Danilo Miranda considerou como fato inovador trazido pelo CONSEA a participação da sociedade civil, representada por diversas organizações, representando um grande avanço a presença da sociedade civil na tomada de decisões, juntamente com o Governo Federal, com colaboração efetiva daquele segmento no sentido de propor, discutir e implementar políticas públicas. O Conselheiro Danilo avaliou, no entanto, que deveria se rever a dinâmica das Plenárias, nas quais a sociedade questiona por um lado e, por outro, o Governo responde, por meio do Ministro Patrus Ananias, sendo do

conhecimento de todos grande parte das informações apresentadas, o que tornava desnecessárias as explicações; a Assessoria de Comunicação deveria atuar no sentido de ressaltar a presença da sociedade civil no CONSEA, para que este não fosse visto como órgão do Governo. Prosseguindo-se na Avaliação de 2004, houve manifestação do Observador Flávio Valente, que ressaltou o avanço significativo do CONSEA nesse ano, o que foi resultado do trabalho da Presidência e da nova estrutura do Conselho, que mostrou uma maior consciência e inserção e refletiu esse momento de amadurecimento quanto aos reais problemas enfrentados pela sociedade, por um lado, e por outro quanto à postura do MDS, que trouxe uma nova dimensão da participação do Governo. No entanto, concordou com Renato Maluf quanto à falta de uma interlocução de caráter intersetorial para o encaminhamento das resoluções do CONSEA, apesar do esforço por parte do MDS nesse sentido, pela falta de instâncias que efetivamente coordenem a implementação e execução das solicitações e recomendações do Conselho. O observador Flávio Valente acrescentou que o trabalho desenvolvido pelo CONSEA e a execução das tarefas resultantes não poderiam sobrecarregar exclusivamente os representantes da sociedade civil, sendo obrigatório que o Governo investisse na estrutura do Conselho, disponibilizando pessoal qualificado e designado para cumprir as funções de uma secretaria técnica, até então inexistente. Em seguida, o Conselheiro Alberto Broch informou que haveria uma reunião na Casa Civil, às 15 horas do dia 22/02, contando com a presença dos Ministros da Casa Civil, da Justiça e do Desenvolvimento Agrário e com lideranças da região de Anapú, no Pará, dando continuidade às discussões sobre a violência ocorrida no Estado do Pará; e informou também sobre o momento critico vivido pelos agricultores familiares do sul do país em função da grave seca que incidiu sobre a região, cujos impactos ainda não haviam sido dimensionados. O Conselheiro Alberto Broch avaliou que o CONSEA avançou em termos de estrutura, funcionamento e clareza quanto aos papéis das partes, sendo um dos principais avanços a separação entre o CONSEA e o Programa Fome Zero; compartilhou as sugestões apresentadas pelo Conselheiro Renato no sentido de melhor aproveitamento das instâncias e propôs a discussão sobre modelos de desenvolvimento, abordando a reforma agrária, o agronegócio, a agricultura familiar e políticas reestruturadoras, temas fundamentais para o combate à fome e para a segurança e soberania alimentar. O representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA, senhor Roberto Vizentin, afirmou que, durante a primeira gestão do CONSEA, a participação do poder público se deu de forma silenciosa, tendo sido obtido um grande avanço na atual gestão, sobretudo quanto à participação nas instâncias; no entanto, considerou válida a queixa sobre a falta de interlocução quanto às questões tratadas pelo Conselho, as quais requerem intersetorialidade, abordagem que representa ainda um desafio extraordinário para o Governo, apesar dos avanços obtidos. Diante disso, o representante do MMA considerou ser o CONSEA o espaço privilegiado para isso, propondo que se mantivesse a convocação para a participação dos representantes governamentais, convocando-se também os Ministros, e que as reuniões fossem transmitidas para os Estados. O Presidente Francisco Menezes informou sobre a realização, em caráter experimental, da primeira videoconferência do CONSEA, que será transmitida em abril de forma a possibilitar a interlocução com os Conselhos Estaduais. O Senhor André Spitz saudou o Plenário e avaliou ser este o formato atual o

melhor formato, tratando-se de um processo em construção; concordou com a necessidade de reforçar o trabalho das instâncias, que deverão trabalhar também independentemente das Plenárias, as quais devem ser espaços de deliberação. O Conselheiro André Spitz propôs a realização de uma reunião de coordenadores de instâncias, para que estas, considerando o Planejamento 2005, possam programas os trabalhos que serão realizados conjuntamente. O Observador José Tubino, representante da FAO, parabenizou a Presidência e membros do CONSEA, ressaltando ser este uma referência internacional, conforme constatou-se na reunião realizada em Porto Alegre sobre a Aliança Internacional contra a Fome, da qual participaram organizações da sociedade civil de vários países. O senhor José Tubino avaliou, no entanto, que o CONSEA possuía pouca capacidade para atender a tantas demandas, devendo ser reforçada a equipe da sua Secretaria. O Conselheiro José Ribamar propôs que cada conselheiro avaliasse se estava cumprindo devidamente o seu papel, em especial os representantes regionais, cuja presença representou um avanço na atual estratégia do CONSEA, sendo necessário dar conseqüência a esse avanço; informou que os quatro conselheiros da Região Nordeste têm buscando discutir o assunto, vendo necessidade de uma agenda mais pró-ativa e articulada junto aos conselhos da Região, onde deve ser replicado o debate do CONSEA Nacional. O Conselheiro Ribamar considerou que a participação de alguns Ministros e do próprio Presidente da República nas Plenárias mostrou que tem sido conferida maior prioridade pelo Governo a esse espaço do que às instâncias, onde a representação governamental tem às vezes ocorrido de forma descontinuada e sem poder de decisão. Finalizando o item da Avaliação 2004, o Ministro Patrus Ananias expressou suas considerações, iniciando por ressaltar bastante produtiva a discussão, mesmo considerando os problemas relativos à representação governamental, e que persistiam vários desafios a serem alcançados; considerou ser importante a integração entre o MDS, o CONSEA e as Assessorias Especiais que possuem equipes de trabalho, reiterando que o MDS possui uma estrutura muito aquém das necessidades, o que motivou a realização de um diagnóstico de sua estrutura, visando elaborar proposta de reformulação para que esteja à altura das suas responsabilidades perante o povo brasileiro. Sobre a intersetorialidade, o Ministro Patrus Ananias registrou ser esse um esforço permanente, sendo Grupo de Trabalho Fome Zero como o espaço para a integração das ações, tendo sido definido como prioridade, em reunião ministerial realizada no final de 2004, a unificação dos conceitos, procedimentos e ações do Fome Zero. O Ministro Patrus Ananias afirmou ser o maior desafio a construção conjunta,em 2005, da proposta de Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional organizado por meio de um Sistema Nacional, avançando no sentido de transformar a questão do combate à fome em Direito Humano à Alimentação Adequada, como tem sido feito; e normatizando as ações da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional em termos de critérios e procedimentos, para o que será necessária a participação do CONSEA. O Ministro Patrus Ananias concluiu informando que não poderia estar presente à tarde e reforçando a disposição para o trabalho conjunto. Em seguida, o Presidente Francisco Menezes agradeceu a presença e a atenção dos presentes, encerrando os trabalhos da manhã. **PERÍODO DA TARDE:** o Presidente do CONSEA reiniciou os trabalhos às 14:21, convidando a senhora Márcia Lopes, Secretária Executiva do MDS, para compor a mesa,

representando o Ministro Patrus Ananias, avisando os presentes que a mesma deveria retirar-se durante a sessão, em função de compromissos assumidos anteriormente. Em seguida, O Presidente Francisco Menezes informou a criação de um endereço eletrônico de cada instância do CONSEA, associado a uma lista de distribuição com os endereços dos participantes da instância, sendo distribuídas as listagens aos presentes; e informou ainda sobre a distribuição de um CD-ROM contendo uma apresentação institucional do Conselho, a ser utilizada pelos conselheiros em suas atividades. O Presidente do CONSEA passou a palavra ao Conselheiro Edmar Gadelha, que colocou questão de ordem propondo a criação de um grupo de trabalho visando propor normas e procedimentos para a apreciação de propostas de convênios pelo CONSEA, visando permitir que este viesse a tomar decisões melhor embasadas. O Presidente do CONSEA consultou os conselheiros, que aprovaram a proposta. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro Carlos Eduardo, que relatou que o mesmo ocorria com os conselhos estaduais de segurança alimentar e nutricional, ou seja, que diversos programas do Governo Federal exigiam a manifestação dessas instâncias, num prazo curto, para a formalização de convênios, devendo se avaliar se os Ministérios poderiam exigir isso dos conselhos. A Conselheira Regina Miranda manifestou-se em seguida, expressando preocupação com a forma de apresentação da proposta do Projeto Gerar, relatando ter ocorrido algo semelhante no CONSEA do Rio Grande do Sul, o que motivou a constituição de um grupo de trabalho que elaborou regras sobre os procedimentos a serem utilizados para essa finalidade, posteriormente aprovadas pelo Conselho. A Conselheira Regina Miranda informou que essas regras prevêem que as propostas sejam apresentadas com, no mínimo, trinta dias de antecedência; as propostas devem ser analisadas pela instância responsável pelo tema, que apresenta parecer ao Plenário, sem a defesa do projeto pelo proponente; ao fim, a Conselheira propõe que o CONSEA aprove resolução com a mesma finalidade. A seguir, o Presidente Francisco Menezes passou a palavra à observadora Lana Pires, que relatou a criação da Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento em Segurança Alimentar e Nutricional no Ministério da Ciência e Tecnologia, que agradeceu ao Presidente do CONSEA pelo apoio recebido e ressaltou tratar-se de importante inovação naquele Ministério, que formula as políticas desse tema a partir das diretrizes do CONSEA, sem, no entanto, submeter seus projetos a este, por entender que estes são de responsabilidade do próprio Ministério. Em seguida, a senhora Márcia Lopes, Secretária Executiva do MDS reportou-se ao pronunciamento feito pelo Ministro Patrus Ananias, quanto à necessidade de se instituir o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, afirmando que, dentro deste, deverão ser estabelecidas as normas de financiamento de projetos; relatou ainda existirem duas situações distintas no MDS: a área de assistência social, na qual nenhum recurso é repassado sem passar pela Comissão Tripartite e pelo Conselho Nacional de Assistência Social; e a área de Segurança Alimentar e Nutricional, na qual não há normas para o repasse de recursos, de forma que as parcerias são estabelecidas a partir da avaliação da pertinência da proposta e da consistência com as diretrizes do Ministério, entre outros critérios. Em função disso, continuou a Secretária Executiva, os órgãos de controle exigem a manifestação dos conselhos da área para que sejam formalizados os convênios, caracterizando uma situação de transição e tornando necessário a

normatização desses procedimentos dentro do Sistema a ser criado. O Presidente Francisco Menezes considerou que as colocações reforçaram a necessidade de que o Conselho se debruce sobre o tema, repassando em seguida a palavra à Conselheira Zilda Arns, que declarou que o CONSEA deveria criar normas para que os Ministérios as sigam, inclusive porque os Ministérios não podem esperar pelas reuniões do Conselho para atuar. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra à Conselheira Maria Emília, coordenadora da Câmara Temática 1, para apresentação de proposta de moção. A Conselheira Maria Emília informou que a moção foi elaborada a partir das discussões ocorridas nessa instância na véspera, a partir da avaliação de 2004, tendo por intuito manifestar a apreensão do CONSEA quanto à ameaça de que não sejam concretizadas as diretrizes aprovadas na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Conselheira Maria Emília procedeu à leitura da proposta de moção, transcrita a seguir: "*A lentidão da Reforma Agrária e o recrudescimento da violência no campo, especialmente os fatos ocorridos em Minas Gerais, no Pará e, hoje, no Mato Grosso; o contingenciamento de recurso que limitam os investimentos necessários à garantia da segurança alimentar e nutricional em razão da lógica de geração do superávit primário; a prioridade da ação governamental orientada para o agronegócio, em detrimento de uma política de uso sustentável dos recursos naturais em harmonia com as demandas dos vários segmentos sociais ligados à agricultura familiar e agroextrativismo, compõem um cenário que traz apreensão ao CONSEA e ameaça à concretização das diretrizes de segurança alimentar e nutricional definidos na II Conferência Nacional. Propostas de políticas que vêm se constituindo em objeto de debate e proposição nas várias instâncias do CONSEA refletem retrocessos recentes que requerem, nesse momento, nossa reflexão e posicionamento. A mudança de orientação política da EMBRAPA é um deles. Tudo indica que os eixos norteadores de uma política de pesquisa e desenvolvimento orientadas pela perspectiva de sustentabilidade ambiental e de valorização da agricultura familiar e do agroextrativismo, foram destituídos de importância na nova política que sustenta prioritariamente interesses do agronegócio. Em julho do ano passado, a Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento reconheceu a importância de iniciativas políticas que estavam em curso na EMBRAPA, como a proposta de criação de um Centro de Resgate e Conservação de Variedades Crioulas do Pontal do Paranapanema e do Programa de pesquisa em "Agrobiodiversidade e agroecologia, visando a sustentabilidade da agricultura familiar e da Reforma Agrária". Fruto da interlocução com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, essas propostas têm o sentido de garantir a produção de alimentos saudáveis e a conservação da biodiversidade, segundo as diretrizes definidas na II Conferência Nacional. O CONSEA expressa sua convicção sobre a importância da continuidade desses programas, indispensáveis para a concretização de uma política de segurança alimentar e nutricional. Outro retrocesso diz respeito aos rumos atuais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Criado em 2003, este programa configura-se como instrumento-chave no cumprimento das orientações estratégicas de combate à fome e garantia de segurança alimentar e nutricional. Para ampliar o seu escopo e responder às demandas represadas dos agricultores familiares e consumidores locais, o CONSEA apresentou, através de seu Presidente, em julho de 2004, ao Presidente da República, uma proposta de decreto para utilização de recursos orçamentários, destinados às atividades da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para aquisição da produção da agricultura familiar. No início de 2005, após consecutivos diálogos que acenavam para*

a hipótese de sua aceitação, o CONSEA foi surpreendido com uma resposta negativa, com base em um parecer jurídico da Casa Civil. A intensificação das demandas sociais identificadas pela CONAB para 2005, nas várias regiões do país, demonstra a crescente aceitação do programa e a exigência de sua expansão. O CONSEA reafirma que um programa dessa natureza, convertendo-se em prioridade de governo, representará uma opção estratégica no combate à fome e garantia da segurança alimentar e nutricional. Dada a sua relevância econômica e social, como componente de uma Política Nacional de Abastecimento, o PAA constituir-se-á em tema permanente para acompanhamento do CONSEA em 2005. Reiteramos à Presidência da República a necessidade de encontrar uma solução no tocante à garantia dos recursos para a consolidação e expansão do Programa com a celeridade que o cenário requer. Durante o ano 2004, o CONSEA renovou várias vezes a moção de apoio ao Projeto de Lei de Biossegurança apresentado pelo governo do Presidente Lula e aprovado pela Câmara dos Deputados, referendado pela II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive diante do Presidente da República, na reunião plenária deste Conselho em outubro de 2004. O PL modificado e aprovado pelo Senado Federal retira as atribuições dos ministérios e deixa a cargo da CTNBIO a decisão final sobre o uso dos transgênicos no país, ficando os órgãos públicos de saúde e meio ambiente reféns do parecer dessa comissão. Prevalecendo a versão do Senado, a CTNBIO pode dispensar a realização de estudos de impacto ambiental para a liberação comercial de transgênicos. Ainda há tempo para que o Congresso Nacional aprove uma legislação de biossegurança que incorpore a princípio da precaução e coloque a proteção à saúde humana, ao meio ambiente e à agrobiodiversidade acima dos interesses comerciais da indústria da biotecnologia. O CONSEA espera o empenho da Presidência da República na defesa da proposta originalmente apresentada e aprovada pela Câmara dos Deputados. Essas iniciativas de políticas não estão dissociadas. Entendemos que as medidas necessárias para enfrentar as causas da violência no campo, das desigualdades sociais, da devastação dos recursos naturais, requerem uma ação articulada e permanente que demonstre a opção do governo pela democratização da terra, respeito ao meio ambiente, diálogo com as populações locais marginalizadas e efetiva proteção dos direitos humanos." Em seguida, o Presidente Francisco Menezes abriu a palavra para as intervenções dos conselheiros. O primeiro inscrito foi o senhor Roberto Vizentin, representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA, que se informou não ter participado da reunião da Câmara Temática 1 para discutir a moção, reconhecendo que esta trazia aconselhamentos, o que é o papel do CONSEA, porém apontava retrocessos, diante do que o representante do MMA considerou não terem sido considerados avanços da ação do Governo sobre aspectos apontados como críticos, o que o levou a manifestar o desejo de registrar declaração de voto. O Conselheiro Renato Maluf registrou considerar a moção relevante e estar de acordo com ela, pois participou da reunião da Câmara Temática 1, mas lembra que, segundo o Regimento do CONSEA, se após o debate não houver consenso, são levadas ao Presidente da República as posições existentes. O representante do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, apresentou-se como o novo representante desse órgão e informou que, em julho de 2004, quando a Câmara Temática 1 havia discutido a proposta de decreto sobre o PAA, o Ministério já havia se manifestado contrariamente, e que em setembro de 2004 haviam encaminhado parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional contrário à proposta; portanto, afirmou o representante, não houve posicionamento de última hora por parte desse órgão. O Conselheiro Carlos

Eduardo apresentou defesa da moção, considerando ver risco de “blindagem” da discussão política no CONSEA, o qual tem o papel de fazer alertas políticos à Presidência, como no caso do Projeto de Lei de Biossegurança, e caso tais alertas não sejam feitos tenderiam a aumentar os problemas futuros, donde ser necessário um debate franco. O Conselheiro Carlos Eduardo prosseguiu afirmando que a Câmara Temática 1 teve o cuidado de abordar questões relativas à Segurança Alimentar e Nutricional e discutidas pelo CONSEA, sem fazer avaliações gerais sobre o Governo Lula; mas considerou que o PAA tinha uma certa dimensão no Governo de Transição e passou a ter outra, em função de opções feitas pelo Governo em favor do agronegócio; e citou ainda, como exemplo das mudanças ocorridas, o constrangimento gerado pela exoneração do representante da Embrapa na Câmara Temática 1, o qual caracterizava-se pela dedicação à agroecologia e à agricultura familiar. Diante do questionamento feito pela Conselheira Zilda Arns quanto a não se dispor de cópias da proposta de moção, o Presidente do CONSEA propõe continuar a discussão quanto estas estivessem prontas, ao que a Conselheira Sônia Lucena interveio para lembrar que a aprovação do Projeto Gerar foi feita sem que os conselheiros dispusessem de cópias do Projeto, o que permitiria que fosse apreciada a moção. O Presidente do CONSEA procedeu a consulta aos conselheiros quanto a se prosseguir na apreciação da moção ou se suspender esse item até que se dispusesse das cópias; a maioria dos conselheiros manifestou-se pela continuidade da discussão. O Presidente Francisco Menezes passou então a palavra ao Conselheiro Ubiraci Oliveira, que considerou ser o objetivo contribuir para corrigir o que estivesse equivocado e fosse contrário à Segurança Alimentar e Nutricional, considerando negativa a mudança da diretoria da Embrapa para abrir espaço para o agronegócio, conforme informado na reunião da Câmara Temática 1; outro equívoco seria a busca de superávit primário e a elevação das taxas de juros, ao mesmo tempo em que faltam recursos para outras ações, o que tornaria necessário também mudanças na política econômica, com prioridade para o crescimento interno; e, ao fim, considerou ser essa a função do CONSEA, motivo pelo qual foi favorável à moção. O Conselheiro Sillas Vieira relatou ter participado da reunião da Câmara Temática 1 e ser favorável à moção, que deveria ser vista como uma contribuição da sociedade civil, que vê o Governo “de fora”, uma vez que, para quem vê “de dentro”, tudo pode parecer correto, até que ocorram problemas como a eleição do Presidente da Câmara dos Deputados para então se constatar que nem tudo vai bem. Continuando, o Conselheiro Sillas Vieira acrescentou que não se poderia deixar algo semelhante ocorrer nas próximas eleições, motivo pelo qual, na condição de apoiador do Governo, achava necessário uma correção de rumos visando coerência com o Plano de Governo. A Secretária Executiva do MDS, a senhora Márcia Lopes, declarou ser aquela a sua estréia no CONSEA, mas que já havia participado de Conselhos nos três níveis de Governo, vendo este como um espaço legítimo para esse tido de manifestação, dirigida ao Presidente da República; caso fosse para se aprovar um documento público, considerou que deveria haver um debate de mérito sobre cada um dos temas abordados, de forma que o Governo pudesse colocar sua posição sobre cada um deles; informou não considerar, por exemplo, que houve retrocesso com o PAA, pois houve ampliação dos recursos; no entanto, considerou inadequado entrar no mérito. O Conselheiro Renato Maluf registrou ser o conteúdo da moção uma leitura da

conjuntura e uma manifestação de preocupação, o que caracterizava um momento muito importante para o CONSEA, sendo necessário cuidado para que não se perdesse de vista o sentido do Conselho. Acrescentou que, tratando-se de tema sobre o qual não havia consenso, não bastaria haver apenas uma manifestação, sem que a outra opinião, no caso a dos representantes governamentais, fosse também manifestada; dessa forma, mesmo sem o consenso seria produzida uma manifestação com o peso do Conselho, o que, ao invés de "blindar" o debate, serviria para pautar as discussões do Conselho; finalmente, propôs mudar o início do texto da moção, substituindo-o por um texto mais adequado. O senhor Roberto Vizentin, representante do MMA, declarou ver a necessidade de se definir procedimentos para o debate e fazer votação, reconhecendo a existência de contradições e disputas internas ao Governo, porém com grande permeabilidade às demandas sociais, capacidade de ouvir e sensibilidade às dívidas sociais históricas; considerou, no entanto, que a moção fazia uma avaliação ampla do Governo Lula, o que revelaria certo desequilíbrio em relação aos avanços obtidos em iniciativas que contaram com o apoio do CONSEA. daria ensejo a um debate. O Presidente Francisco Menezes procedeu à consulta do Regimento do CONSEA, que previu, para esses casos, que deveriam ser encaminhadas as distintas posições existentes e respectivas quantificações, bem como as justificativas para votos em contrário. Em seguida, o Presidente do CONSEA encaminhou para o processo de votação, tendo o seguinte resultado: trinta votos a favor da moção, cinco votos contrários e duas abstenções. (LISTAR OS VOTANTES -FAVORÁVEIS, CONTRÁRIOS, ABSTENÇÕES?). Em seguida, o Presidente Francisco Menezes deu início ao ponto da pauta relativo ao Planejamento do CONSEA em 2005, iniciando pela apresentação da proposta da Presidência do Conselho pelo Conselheiro Renato Maluf. Inicialmente, este informou que a proposta baseou-se nas seguintes premissas: construção de uma agenda de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil; busca de equilíbrio entre a necessidade de definir temas de acompanhamento permanente e a necessidade de novos temas; atenção para as populações prioritárias, ou seja, indígenas, quilombolas e habitantes do semi-árido; e prioridade absoluta para a prioridade à elaboração da proposta de Lei Orgânica e de Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. O Conselheiro Renato Maluf apresentou os temas de acompanhamento permanente, a saber: PAA; Bolsa Família, Alimentação Escolar, Agenda Internacional, Metas Sociais, Plano Safra e Vigilância Alimentar e Nutricional; e apresentou a proposta de novos temas, a saber: Alimentação Saudável; Política Nacional de Abastecimento; e Reforma Agrária. Reiterou ainda que, conforme procedimento usual no CONSEA, os temas deverão passar antes pelas instâncias, um mês antes da Plenária onde seria discutida a questão; e propôs que as Plenárias durassem o dia todo, de forma que poderiam ser abordados até três temas em cada uma, com reuniões das instâncias na véspera, com exceção dos grupos de trabalho. O Conselheiro Renato Maluf apresentou em seguida a proposta de planejamento da Presidência do CONSEA, a saber: em março, não haveria Reunião Plenária, estando prevista a 32ª. Sessão do Comitê de Nutrição da ONU, de 14 a 18/03; em abril, seria realizado o III Encontro de Conselhos de Políticas Públicas, estando prevista Reunião Plenária no dia 26/04, com videoconferência transmitida aos Estados, abordando a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e

Nutricional, Alimentação Escolar e Orçamento 2005; em maio, propôs-se Reunião Plenária no dia 31, tendo como temas o Programa de Aquisição de Alimentos, o Plano Safra, o Orçamento 2006 e as Negociações Internacionais; em junho, seria realizado o Encontro dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais e Reunião Plenária no dia 28, abordando a Alimentação Saudável; em julho, não foram previstas atividades; em agosto, seria realizado o Seminário sobre Controle Social, além de Reunião Plenária no dia 30, com videoconferência, abordando a Política Nacional de Abastecimento; em setembro, seria realizada Reunião Plenária no dia 27, abordando o Programa Bolsa Família, em especial quanto à emancipação, aos grupos específicos e ao controle social; em outubro, não ocorreria Reunião Plenária, devendo ocorrer as comemorações do Dia Mundial da Alimentação, com realização de Seminário Nacional sobre a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional na Câmara dos Deputados, em 19/10, além de Seminário sobre Transgênicos no Rio Grande do Sul; finalmente, em novembro, haveria Reunião Plenária no dia 29, tendo como tema a Avaliação 2005; não estariam previstas atividades em dezembro. O Presidente do CONSEA agradeceu a apresentação do Conselheiro Renato Maluf, passando a palavra ao Conselheiro Edmar Gadelha, que questionou quanto à realização ou não da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em seguida, manifestou-se o Conselheiro Werner Fuchs, que apresentou pontos positivos de um programa de renda básica de cidadania, em contraposição ao Programa Bolsa Família, em especial quanto aos custos operacionais; e propôs a criação de um Grupo de Trabalho para avaliar essa proposta. O Presidente do CONSEA orientou para definir pela apreciação desta após serem apresentadas todas as propostas para o Planejamento 2005, solicitando objetividade na apresentação das propostas das instâncias, visando garantir o debate sobre o Planejamento 2005. O Conselheiro Werner Fuchs relatou as propostas da Comissão Permanente 3 – Articulação com os CONSEAs Estaduais, a saber: fusão dessa instâncias com a Comissão Permanente 4 – Mobilização Social; legitimar participação dos CONSEAs Estaduais dentro do CONSEA Nacional; melhorar a equipe da Secretaria Executiva do CONSEA Nacional; consultar os Estados sobre a proposta de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional; e realização, em julho, dos Encontros dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais, tendo por temas a referida Lei e a capacitação. Em seguida, a Conselheira Azelene Kaingang apresentou as seguintes propostas da Comissão Permanente 1 – Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas: em março e abril, capacitação em Direito Humano à Alimentação Adequada para funcionários da FUNASA e conselheiros distritais; em maio, consulta aos povos indígenas sobre a transferência de renda, com base nos debates sobre o Bolsa Família realizados em 2004; em julho, sistematização das propostas dos fóruns indígenas; em agosto, realização do Seminário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, visando avaliar os impactos das ações sobre esses povos, com participação dos órgãos governamentais responsáveis. Em seguida, a Conselheira Gleyse Peiter apresentou as propostas de Planejamento da Comissão Permanente 4 – Mobilização Social, quais sejam: realização do III Encontro de Conselhos de Políticas Públicas em abril; ainda nesse mês, encaminhamento de formulários aos conselheiros visando levantar demandas para capacitação e envio da proposta de Seminário sobre Controle Social para os demais conselhos; em maio, reunião com entidades para

elaboração do mapa de iniciativas sociais, articulando Banco do Brasil, RITS e outras; em junho, definição do calendário de mobilização para o Dia Mundial da Alimentação e preparação e mobilização de entidades para a Semana da Cidadania e das Metas Sociais; em agosto, realização do Seminário sobre Controle Social; ao fim, a Conselheira Gleyse Peiter relatou que a posição da Comissão Permanente 4 é contrária à sua fusão com a Comissão Permanente 3, uma vez que a primeira já dispunha de agenda específica, propondo, ao invés, a realização de reunião dos coordenadores das instâncias do CONSEA. A Conselheira Ana Placidino informou ter ocorrido debate ainda preliminar sobre o Planejamento 2005 no âmbito da Comissão Permanente 2 – Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras, procedendo à apresentação das propostas da instância, quais sejam: em abril, reunião da Comissão tendo por tema a Saúde da População Negra; em maio, nos dias 17 e 18, realização da Consulta Quilombola, em Brasília; e de 30/06 a 02/07, realização do Seminário sobre Igualdade Racial, em Brasília. O Conselheiros Naidison Quintela, coordenador da Comissão Permanente 5 – Segurança Alimentar e Nutricional nas Regiões Semi-Áridas registrou a descontinuidade da participação dos representantes governamentais dessa instâncias, solicitando que a Presidência do CONSEA contate dos órgãos e confirme sua participação. O Conselheiro Naidison Quintela apresentou a seguinte proposta de atividades dessa Comissão: em março, análise dos documentos de dezembro visando definir a programação de 2005, prevendo-se a realização de reunião sobre a estiagem no semi-árido no dia 08/03; em abril, realização de reunião com MDS e Embrapa Semi-Árido sobre a avaliação da qualidade da água das cisternas, além de realização de reunião com o tema Seca e Emergência; em maio, discussão do texto sobre Água e elaboração de propostas sobre o tema; em agosto, esse tema deve ir para a Plenária, prevendo-se também reunião da Comissão Permanente 5 abordando o Projeto de Revitalização do São Francisco, com ênfase nas ações relativas à reforma agrária e à agricultura familiar no âmbito do Projeto. Finalmente, o Conselheiro Naidison propôs que o tema "Água como elemento de Segurança Alimentar e Nutricional" seja um tema geral do CONSEA, extrapolando a Comissão Permanente 5 e envolvendo a Câmara Temática 2 – Saúde e Nutrição e a Comissão Permanente 6 – Direito Humano à Alimentação Adequada. Em seguida, o observador Flávio Valente relatou que a Comissão Permanente 6 manifestou disposição de discutir com as outras instâncias do CONSEA as propostas de capacitação em Direito Humano à Alimentação Adequada. Quanto ao Planejamento 2005, a Comissão propôs a avaliação, pela instância, de diversos programas federais ao longo do ano, visando verificar em que medida contempla a abordagem do Direito Humano à Alimentação Adequada, dentro da seguinte programação: em março, reunião da Comissão tendo por tema a Metodologia de Avaliação de Programas; em abril, avaliação da Política Econômica e Financeira; em maio, avaliação dos programas de Atenção Básica à Saúde, em especial o Programa Saúde na Família, e do Programa Bolsa Família; em junho, avaliação do Fome Zero e das ações emergenciais e proposta de Seminário sobre Orçamento em Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada, de 1º. a 03/06; em junho, avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar; em agosto, avaliação do Programa de Alimentação do Trabalhador; em setembro, avaliação dos Programas de Agricultura Familiar e de Reforma Agrária; em outubro, avaliação

dos programas voltados aos Grupos Especiais e da fortificação de alimentos; e em novembro, discussão sobre Água e Alimentação Saudável e Oficina sobre Organismos Financeiros Internacionais e o Direito Humano à Alimentação Adequada. Finalmente, o observador Flávio Valente informou a realização de uma Oficina sobre Crianças e Adolescentes do Semi-Árido, no dia 17 de março. O Conselheiro Edmar Gadelha informou a previsão de atividades do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, relatando os debates sobre as Leis Orgânicas e respectivos sistemas e sobre as propostas dos Encontros Estaduais, resultando numa primeira minuta de projeto de lei; informou ainda que no dia 29 de março ocorreria uma discussão final sobre a minuta, visando apresentação da proposta na Plenária de abril. A Conselheira Maria Emília Pacheco apresentou a seguinte proposta de programação da Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento: em março, discussão sobre o PAA, Plano de Safra e Reforma Agrária, tendo como convidados o Incra, o MMA e o Fórum Nacional pela Reforma Agrária; em abril, discussão sobre a Alimentação Saudável juntamente com a Câmara Temática 2, e sobre as propostas do Grupo de Trabalho de Negociações Internacionais, propondo ainda a antecipação da discussão em Plenária sobre o Plano de Safra, deixando-se a Alimentação Escolar para maio; em maio, continuação das discussões sobre Alimentação Saudável; em junho, discussão sobre a Política Nacional de Abastecimento e os CONSADs, além de balanço do primeiro semestre e programação do segundo semestre. A Conselheira Maria Emília apresentou ainda proposta de participação do CONSEA no Encontro sobre a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, que ocorrerá em Cuba, de 27 a 30 de abril. A Conselheira Sônia Lucena, coordenadora da Câmara Temática 2 – Saúde e Nutrição, informou a proposta de planejamento dessa instância, relatando a prioridade para o tema da Alimentação Saudável, que será pauta da Plenária de Junho, e a solicitação da representante do Ministério da Ciência e Tecnologia de que a instância fizesse discussão sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Ciência e Tecnologia. Na proposta da Câmara Temática 2 contaram as seguintes atividades: em março, Oficina sobre Alimentação Saudável durante a 32ª. Sessão Anual do Comitê Permanente de Nutrição da ONU; sobre esse tema, a Conselheira Sônia Lucena destacou a complexidade, devendo-se refletir, inclusive, sobre a adequação dessa abordagem, uma vez que poderia ser mair adequado falar-se de Educação Alimentar e Nutricional, pois, caso isso já tivesse sido feito desde 1975, o perfil epidemiológico do país seria outro,; em abril, a Câmara Temática 2 discutirá a inserção da Alimentação Escolar nos currículos escolares em nível nacional e, possivelmente, ocorrerá evento sobre Alimentação Saudável; deverão ser discutidos ainda, em datas a serem definidas, o diagnóstico que será realizado pela FUNASA, a água pelo alimento, este tema em conjunto com a Comissão Permanente 5, e a Alimentação Saudável em conjunto com a Câmara Temática 1 em abril e maio. A Conselheira Elza Braga , coordenadora da Câmara Temática 3, apresentou as propostas dessa instância, destacando, inicialmente, a discussão sobre a sua dinâmica de funcionamento, tendo em vista o amplo leque de temas e a necessidade de direcionar os debates visando propostas concretas; em abril, a Câmara Temática 3 discutirá com o Talher Nacional ajustes nas agendas nacional e estaduais e fará avaliação sobre os CONSADs, juntamente com a Câmara Temática 1. A Conselheira Elza Braga relatou ainda a proposta de

criação de Grupos de Trabalho sobre as Populações Indígenas e Populações Negras, visando a elaboração de propostas relativas às política para cada um desses grupos, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; sobre os atingidos por barragens e grandes projetos, devendo ser convidados representantes desses segmentos para a reunião da Câmara Temática 3 em junho; e ainda sobre o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, visando avaliação e apresentação de propostas no prazo de sessenta dias. A Coordenadora da Câmara Temática 3 apresentou ainda proposta de discussão com os representantes do CONSEA no Grupo de Trabalho sobre Controle Social do Bolsa Família, propondo que esse tema seja discutido em Plenário em abril; e, ao fim, reforçou a importância de participação do CONSEA no Fórum Permanente da ONU sobre Populações Indígenas, a se realizar em maio de 2005, em Nova Iorque. Concluídas as apresentações, o Presidente do CONSEA anunciou a apresentação da proposta de Moção elaborada pela Comissão Permanente 1 – Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Indígenas. Antes de iniciar esse ponto, o Presidente Francisco Menezes passou a palavra à representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, senhora Mônica Libório, que iniciou relatando tem participado de todas as Plenárias do CONSEA desde 2003 e que considerava terem ocorrido grandes avanços nesta nova gestão, havendo espaço para novos avanços, o que deveria se refletir no Planejamento 2005. A representante do MPOG registrou ainda que o CONSEA é parte do modelo de gestão do Governo Lula, e como funcionária de carreira, buscava se esforçar ao máximo para consolidar esse modelo, observando que o Governo participava pouco e que não estava acostumado a trabalhar com conselhos, o que exigia paciência, em especial dos representantes da sociedade civil, que, ao fim, vinham sendo os principais responsáveis por garantir o funcionamento do CONSEA. Ainda com relação ao funcionamento do CONSEA, a senhora Mônica Libório considerou que os representantes ministeriais deveriam ser pessoas que tivessem boa articulação em seus respectivos Ministérios, sendoo ideal a participação dos Secretários Executivos, o que não seria viável durante o dia todo; diante disso, propôs que fosse previsto um horário fixo para as deliberações, com duração de uma hora a uma hora e meia, quando então ocorreria uma discussão mais objetiva, em torno de questões mais práticas; e propôs ainda uma maior aproximação do CONSEA com a área responsável pela articulação das ações de Governo, coordenada pela senhora Mirian Belchior. Sobre a questão do Orçamento Geral da União – OGU, a senhora Mônica Libório considerou que o primeiro semestre tem maior importância que o segundo, uma vez que nele ocorrem todas as definições, como a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO, a definição das prioridades dentro de cada Ministério e posteriormente a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, encaminhado pelo Executivo em agosto. Em função disso, a representante do MPOG propôs a realização de uma Plenária em março, na qual seria feita a avaliação do OGU 2005; as discussões sobre o OGU 2006 iniciariam em maio, quando o CONSEA deveria definir suas prioridades para apresentação aos Ministérios; em junho deveria ocorrer nova discussão, visando revisar as propostas dos Ministérios; e deveria ocorrer ainda nova discussão, mais no final do ano, visando avaliar a execução das ações prioritárias. A senhora Mônica Libório concluiu sua manifestação, colocando-se à disposição para apoiar o CONSEA nas questões relativas ao

OGU e ao Semi-Árido, ao que foi aplaudida pelos presentes. Em seguida, o Presidente Francisco Menezes passou à apreciação da proposta de moção da Comissão Permanente 1, lida pela Conselheira Azelene Kaingang, a saber: "*O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA tomou conhecimento, através da Comissão Permanente de Segurança Alimentar para os Povos Indígenas, da dimensão do problema que envolve especialmente os Povos Indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul. Nesse Estado, desde o início do ano, até o momento vieram a óbito três crianças indígenas por desnutrição grave, decorrente da ausência de políticas que vão desde a produção alimentar, o desenvolvimento sustentável e a regularização fundiária - esta, em resgate à dívida secular que o Brasil tem para com os seus primeiros habitantes -, até a falta de dados e diagnósticos que possibilitem a tomada de decisões e a adoção das políticas necessárias, a fim de amenizar a situação de abandono em que se encontram esses Povos.O problema de insegurança alimentar entre os Povos Indígenas é mais grave do que se apresenta pelos meios de comunicação e pelos órgãos de governo responsáveis pela formulação e execução das políticas relativas a estes. Reiteramos que são motivos de preocupação deste Conselho a falta de resposta e a opção política de demarcar e homologar os territórios indígenas, condição primeira para o exercício do direito humano à alimentação adequada, terras que sejam suficientes para a "reprodução física e cultural dos Povos Indígenas", conforme reza o artigo 231 da Constituição Brasileira. Exemplo da negação desse direito e suas conseqüências na vida dos Povos Indígenas é o suicídio de 234 indígenas no Mato Grosso do Sul nos últimos cinco anos, bem como o índice de mortalidade infantil que atinge a média de 60 por mil nascidos vivos, o triplo da média nacional.Somamo-nos à indignação de todos aqueles que acreditam que a superação da fome e da pobreza vai além da implantação de ações emergenciais e exige o resgate da cidadania dos Povos Indígenas enquanto grupos com culturas, costumes e tradições próprias, através de uma política indigenista que tenha como princípio maior o reconhecimento e o respeito à diferença e a multiculturalidade que caracteriza o nosso País. Nesse sentido, recomendamos que seja restabelecida a "Mesa de Diálogo Permanente com os Povos Indígenas" enquanto instância de entendimento entre o Executivo e as legítimas representações indígenas, através das suas organizações. Isso permitirá desmilitarizar a questão indígena dentro do atual Governo e construir uma política indigenista em real sintonia com as aspirações dos Povos Indígenas.*" O Presidente do CONSEA consultou os presentes quanto à aprovação da moção; foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente do CONSEA retomou o item da pauta relativo ao Planejamento 2005, passando a palavra ao convidado Milton Rondó, do Ministério das Relações Exteriores, que registrou a existência de lacuna no atendimento aos acampados, que aguardavam serem assentados pela Reforma Agrária, ao que o Presidente do CONSEA orientou as Câmaras Temáticas 1 e 3 e a Comissão Permanente 6 para contemplar esse segmento. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra ao Conselheiro Renato Maluf, que apresentou proposta de encaminhamento visando fazer a discussão das propostas de tema para o Plenário, identificando como uma primeira questão a realização de reunião em março, o que alteraria o calendário do Grupo de Trabalho de Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. O Presidente Francisco Menezes lembrou que em março ocorrerá a 32ª. Sessão Anual da SCN, consultando os conselheiros e representantes quanto à disponibilidade para a realização da Plenária nesse mês. A Conselheira Dulce Cunha ponderou que maioria das instâncias já havia previsto reunião no mês de março, o que permitiria realizar a

Plenária. O Presidente do CONSEA consultou então sobre a pauta da Plenária de março, passando a palavra à representante do MPOG, senhora Mônica Libório, que alertou para a necessidade de se definir claramente as prioridades visando garantir resultados e propôs a seguinte seqüência para o tema do OGU: em março, avaliação do OGU 2005; em maio, discussão de prioridades para o OGU 2006, a serem encaminhadas aos Ministérios; em junho, avaliação das propostas orçamentárias dos Ministérios, verificando o quanto as propostas foram incorporadas. O Conselheiro Renato Maluf ressaltou que a Plenária de março deveria ser muito bem preparada, com o apoio do MPOG e consultando os conselheiros. A senhora Adriana Aranha, representante do MDS, lembrou da existência do Anexo Fome Zero no OGU 2005 e propôs que este fosse encaminhado aos Conselheiros. A senhora Albaneide Peixinho, representante do Ministério da Educação, concordou com a prioridade para o OGU e a necessidade de se analisar a situação, inclusive quanto ao contingenciamento do OGU 2005, devendo-se discutir, inclusive, como a sociedade civil se manifestará a respeito, inclusive junto aos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, tendo em vista as limitações dos responsáveis pelas áreas relativas à Segurança Alimentar e Nutricional nos Ministérios; e propõe que na Plenária de março fiquem apenas os temas do OGU e do Bolsa Família, deixando as propostas sobre a Alimentação Escolar para abril. Às 17:25, a Secretária Executiva do MDS, senhora Márcia Lopes, retornou à mesa de coordenação. O Presidente do CONSEA reforçou a proposta da senhora Albaneide Peixinho de priorização do OGU na Plenária de março e de discussão do Bolsa Família, ficando também para essa reunião a discussão das propostas de fusão das Comissões Permanentes 3 e 4 e de criação de Grupos de Trabalho. O Presidente Francisco Menezes solicitou à Conselheira Gleyse Peiter o envio de informe por escrito da proposta de Seminário sobre Controle Social, restando ainda a possibilidade de fazer informe durante a próxima Plenária, se necessário. O Conselheiros Carlos Eduardo Leite alertou para a necessidade de antecipar a avaliação sobre o resultado do Grupo de Trabalho sobre Controle Social do Bolsa Família, tendo em vista a previsão de que sua implementação tivesse início na segunda quinzena do mês de março. A senhora Márcia Lopes, Secretária Executiva do MDS, propôs que o CONSEA acompanhasse o andamento dos trabalhos no âmbito do Ministério, de forma a tornar oportuna sua intervenção. O Presidente do CONSEA concluiu, assim, pela realização de reuniões das instâncias e de reunião Plenária no mês de março, com possibilidade de reunião conjunta das Comissões Permanentes 3 e 4 por volta do dia 15 desse mês, a confirmar. Esgotados os pontos da pauta, o Presidente Francisco Menezes agradeceu a participação de todos e encerrou os trabalhos da VII Reunião Ordinária às 17:34. Reunião foi gravada em áudio. Lavrou-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Francisco Menezes, e pelo Secretário ~~Executivo~~, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e rubricada pelos demais Conselheiros, para que se produza o seu efeito legal.

Brasília, 22 de fevereiro de 2005.

Francisco Menezes

Presidente

Ministro Patrus Ananias
Secretário